



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

## UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO DAS VELHAS

### Ata da 91ª reunião, realizada em 24 de novembro de 2015

1 Em 24 de novembro de 2015, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada do Rio das Velhas (URC Velhas) do Conselho Estadual de Política  
3 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os  
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Geraldo Vitor de Abreu,  
5 subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada; Marcos  
6 Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria  
8 de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Andrea Leite Rios, da  
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão  
10 Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas  
11 Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de  
12 Justiça (PGJ); Irene Maria Vaz Magni Frayha, do Instituto Brasileiro do Meio  
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Rômel Amarildo  
14 Vasconcelos Costa, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);  
15 Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM);  
16 João Eustáquio Beraldo Teixeira, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das  
17 Velhas (CBH Velhas) – representantes do poder público; Wagner Soares  
18 Costa, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
19 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do  
20 Estado de Minas Gerais (Faemg); Neide Mateus Rodrigues, da Federação dos  
21 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Marco  
22 Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do  
23 Estado de Minas Gerais (Federaminas); Luís Márcio Vianna, do Sindicato da  
24 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Ivânia Linhares de  
25 Almeida, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
26 (Crea); Ronaldo Vasconcelos Novais, da Organização Ponto Terra; Luiz  
27 Carlos da Cruz, do Centro Universitário Una – representantes da sociedade  
28 civil. **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
29 **BRASILEIRO.** Por solicitação do presidente Geraldo Vitor de Abreu, foi  
30 prestado um minuto de silêncio pelas vidas perdidas com o rompimento de  
31 barragens da empresa Samarco, em Mariana. Em seguida, foi executado o  
32 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Geraldo Vitor de  
33 Abreu declarou aberta a 91ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio  
34 das Velhas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
35 **GERAIS.** Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Boa tarde a todos. Fica  
36 até difícil voltar para esta URC neste mês em que ocorreu essa tragédia em  
37 Mariana. Só quem esteve lá e viu realmente a dimensão da destruição

38 consegue ter uma ideia do que foi causado, uma pequena dimensão do  
39 impacto decorrente do rompimento dessa barragem. Eu não vou me  
40 aprofundar muito em como está sendo a nossa atuação. Os senhores devem  
41 estar acompanhando. O Ministério Público, desde o dia do rompimento, já  
42 deslocou equipes para lá, já constituiu uma força-tarefa. Nós estamos fazendo  
43 investigação aprofundada sobre as causas e consequências ambientais do  
44 rompimento da barragem de Fundão. Estamos trabalhando para garantir a  
45 execução de medidas preventivas para que as barragens que ainda estão lá  
46 não se rompam, ou que, se romperem, sejam minimizados os impactos que  
47 vão ser causados. Eu só não poderia deixar de aproveitar a oportunidade: se  
48 tem alguma coisa que as tragédias nos ensinam é a revermos os nossos  
49 posicionamentos. Eu acho que o que aconteceu em Mariana é a gota d'água,  
50 é o chamado de urgência para que todas as instituições revejam os seus  
51 protocolos, revejam os seus posicionamentos; a prioridade que tem que ser  
52 dada para os estudos ambientais, dimensionar que os gastos com medidas  
53 preventivas e mitigatórias não são gastos, são exigências inerentes a esse  
54 tipo de empreendimento; revisar a prioridade que é dada para a barragem de  
55 rejeitos diante de outras alternativas tecnológicas; revisar os protocolos de  
56 impacto do que é população potencialmente afetada. Enfim, várias mudanças.  
57 Essas mudanças vão ter que ser refletidas também nos órgãos ambientais, na  
58 maneira como são analisados, licenciados e fiscalizados empreendimentos  
59 potencialmente importantes. Vão ter que mudar os protocolos do Ministério  
60 Público. Nós vamos passar a atuar de uma maneira muito mais incisiva e  
61 preventiva em relação às barragens, como deveria ter sido e vai ter que ser  
62 cada vez mais. Eu acho que, além disso, nós vamos precisar rever o  
63 posicionamento, inclusive, de cada um de nós, conselheiros e instituições  
64 representadas neste Conselho. Nós sempre falamos de medidas preventivas,  
65 de medidas mitigadoras de impacto. Até onde nós vamos precisar continuar  
66 esperando que as tragédias aconteçam para revermos? Quanto às medidas  
67 de segurança de barragem, hoje todo mundo está no foco, todo mundo vai  
68 estar preocupado, tenho certeza, e todos os senhores quando forem analisar  
69 empreendimentos que tenham barragem e esse tipo de impacto. Mas não tem  
70 que ser só nisso. Será que nós vamos ter que esperar que se extinga alguma  
71 espécie para que levemos a sério quando discutimos espécies ameaçadas de  
72 extinção? Será que nós vamos precisar que aconteça algum grande incêndio  
73 e morra uma grande quantidade de pessoas para que revisemos os nossos  
74 posicionamentos quanto ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros? Será  
75 que nós vamos precisar que tenha uma grande contaminação do solo ou da  
76 água até que revisemos o nosso posicionamento quanto à destinação final de  
77 efluentes e resíduos sólidos? É uma grande responsabilidade, senhores. Eu  
78 acho que nós temos que pensar cada vez mais com mais cuidado, ver que  
79 essas medidas não são gastos, não são para onerar o empreendedor; são  
80 medidas para minimizar o impacto, que é distribuído por todos, pela

81 coletividade. É a coletividade que assume esses impactos, se os  
82 empreendimentos não assumirem. Em várias vezes que nós estivemos aqui  
83 nesta URC – não só nesta, mas nas outras URCs de que eu já participei; e na  
84 CNR –, eu já ouvi várias pessoas falando que ‘isso não é responsabilidade  
85 nossa’, ‘eu não tenho nada a ver com isso’. Pessoalmente falando, eu acho  
86 que, ao invés de tentar nos eximir e assumir cada vez menos  
87 responsabilidade, nós temos que buscar cada vez mais responsabilidade, e  
88 nos cobrar das responsabilidades que nós não assumimos. Eu gosto muito  
89 daquele filme ‘A lista de Schindler’, baseado em fatos reais. Schindler, um  
90 industrial alemão, salvou uma centena de judeus do extermínio. Numa cena  
91 final do filme, ele está ali – acabou a guerra –, diante de centenas de pessoas  
92 que ele salvou, e começa a chorar. E perguntam se ele estava emocionado  
93 pelas pessoas que ele tinha salvado, e ele falou que não, que ele estava  
94 chorando pelas pessoas que ele não pôde salvar. Talvez um anel que ele  
95 tinha no dedo ele teria trocado por uma vida. Nós não conseguimos  
96 dimensionar o que é uma vida. Então eu acho que é esse tipo de  
97 responsabilidade que nós temos que ter, responsabilidade de saber que tudo  
98 o que nós fazemos ainda é pouco e que nós temos que buscar fazer cada vez  
99 mais.” Conselheiro Ronaldo Vasconcelos Novais: “Eu queria corroborar as  
100 palavras do conselheiro Mauro e comentar dois assuntos com os senhores e  
101 senhoras. Primeiro que nós, da Ponto Terra, estamos promovendo agora um  
102 curso, no intuito de sobrevivência, de subsistência, de uma ONG que tem  
103 suas restrições para doações financeiras – não receber de algumas  
104 entidades. Então nós procuramos esses cursos, que ajudam na nossa  
105 sobrevivência. Nós vamos fazer um curso agora de área de preservação  
106 permanente urbana, no dia 12 de dezembro. A segunda colocação é que nós  
107 temos um programa de televisão, canal 9, Net, BHNews, e hoje, às 20h30,  
108 nós vamos fazer um programa ao vivo, durante uma hora, sobre a questão do  
109 acidente em Mariana. O Ministério Público foi contactado, mas parece que  
110 está muito assoberbado com as suas funções, e nós entendemos isso. Outras  
111 entidades também, a própria Secretaria foi acionada, e nós também  
112 entendemos o papel de vocês. Então eu queria pedir às pessoas para, se  
113 puderem, assistir a uma hora em que vai se falar dessa questão. Eu queria  
114 lembrar também e queixar da nossa mídia. É até bom que cubra, dê as  
115 notícias, mas é incapaz de proceder um debate daquele assunto, como outros  
116 órgãos de imprensa fazem no Brasil. Na nossa imprensa tem gente muito boa,  
117 órgãos importantes, mas noticia, noticia – é bom que noticie, dê publicidade –,  
118 mas não promove um debate, não promove um estudo sobre essa questão.  
119 Então nós vamos debater hoje, durante uma hora, no programa Ecologia e  
120 Cidadania, que é uma apresentação da Ponto Terra há mais de dez anos.”  
121 Conselheiro Wagner Soares Costa: “Nós queremos corroborar as palavras do  
122 doutor Mauro. Eu acho que realmente este é um momento de inflexão. Eu fico  
123 considerando esse trabalho que nós fazemos de meio ambiente como sendo

124 uma subida de escada. Nós viemos subindo aqui agora os degraus, entramos  
125 numa fase de descanso, e esse descanso acabou; nós vamos ter que subir a  
126 escada, tornar a subir a escada. A cada momento, nós descobrimos que  
127 existe uma falha, e temos que resolver o problema dessa falha. O trabalho  
128 que a Federação das Indústrias vem fazendo há muitos anos é nesse sentido.  
129 Nós não temos poder de polícia para chegar a uma empresa e determinar que  
130 cumpra aquilo que a federação diz. A federação trabalha com mobilização e  
131 sensibilização do empresário para ele estar adequado ambientalmente. Então  
132 este é o momento, eu acho que todas as perguntas que o doutor Mauro fez  
133 nós temos que responder. Mas acredito que nem todas serão respondidas  
134 nesta etapa de subida. Nós vamos entrar em outro patamar de escada, passar  
135 uma temporada ali, e de repente descobrir que não demos todas as respostas  
136 necessárias. Eu acho que este é um momento de inflexão. Parableno o  
137 governo por ter colocado a força-tarefa para discutir esse assunto. Eu acho  
138 que dessa discussão nós vamos melhorar muito. É um momento, sim, de  
139 consternação, porque ninguém quer um desastre, ninguém espera um  
140 desastre. Pode até ocorrer, por uma série de fatores, mas um belo dia alguma  
141 coisa acontece. Nós estamos nessa fase, estamos prontos para colaborar e  
142 incentivar as indústrias a participar desse processo de melhoria do seu  
143 comportamento; e entender este momento como um momento de inflexão e  
144 oportunidade de melhoria.” Conselheiro Luis Márcio Vianna: “Corroborando  
145 todos os pronunciamentos, eu queria dizer que o setor mineral, em Minas  
146 Gerais e no Brasil, depois da questão de Mariana, está revendo todos os seus  
147 paradigmas e, permanentemente, tratando de fazer com que a mineração, em  
148 Minas e no Brasil, seja outra depois disso. Nós estamos nos relacionando com  
149 todos os órgãos que têm responsabilidades e obrigações, Ministério Público,  
150 Governo do Estado, o parlamento nacional, a Assembleia Legislativa de  
151 Minas, os prefeitos, os vereadores, os nossos companheiros industriais da  
152 área. E nós estamos certos de que vamos ter que aprender com a experiência  
153 de Mariana, e temos muito a aprender. A nossa postura é de fazer com que  
154 todo esse desassossego esteja em busca dos melhores conhecimentos, das  
155 melhores tecnologias, para que coisas desse tipo não se repitam mais. Então  
156 a nossa solidariedade com a sociedade de Minas, a sociedade brasileira e as  
157 pessoas que tiveram perdas de vidas e de bens nesse episódio. Eu queria  
158 dizer que essa é a postura do presidente Fernando Coura, que é presidente  
159 do Ibram e do Sindiextra e está, desde o dia do acidente, em Belo Horizonte,  
160 24 horas comandando um grupo de pessoas, do qual eu faço parte, na  
161 procura de soluções que possam minimizar e fazer com que a indústria  
162 mineral esteja presente nesse episódio, para fazer a reconstrução dos nossos  
163 negócios e da vida em sociedade em Minas Gerais e no Brasil.” Conselheiro  
164 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Os conselheiros que me antecederam  
165 colocaram muito bem a questão, especialmente, o conselheiro Mauro. Eu não  
166 vou me alongar a respeito dessas questões. Eu também estou muito

167 perturbado com a questão das mortes e do desaparecimento de distritos,  
168 vilarejos, cidades. Neste trabalho de reconstrução que, certamente, vai  
169 ocorrer, a Faemg vai estar presente e com muita força. Agora, dentre todos  
170 esses eventos, essas coisas que aconteceram, eu estou até agora perturbado  
171 com esse tal de equipamento que guarda rejeito, do qual durante cinco ou  
172 seis dias foi escorrendo material; e está escorrendo até hoje, não acaba, não  
173 para, e está chegando ao litoral do Espírito Santo e entrando mar adentro. É  
174 realmente inadmissível. E eu não me perdô de não saber que essa tal de  
175 pilha de rejeito era um troço tão complicado igual é.” Conselheiro Marco  
176 Aurélio Moreira: “Eu vou fazer coro a todos que me antecederam. Como foi  
177 bem dito pelo conselheiro Mauro, essa tragédia nos permitirá avançar. É  
178 momento de reposicionar, é momento de fortalecer, não só o COPAM, mas  
179 todas as instituições que têm responsabilidade na construção das diretrizes da  
180 política ambiental do Estado de Minas Gerais. É momento de fortalecer os  
181 técnicos da equipe técnica da Supram, qualificá-los, valorizá-los, no nível dos  
182 servidores da Receita Estadual. Eles têm uma responsabilidade, com relação  
183 ao desenvolvimento econômico, muito superior – com todo o respeito que  
184 tenho pelos demais servidores. É uma instituição que tem uma importância  
185 muito grande. Que se valorize o servidor público, muito especialmente aquele  
186 que milita na área de meio oriente. Eu quero parabenizar a atuação não só do  
187 Ministério Público nesse episódio, a força-tarefa, os servidores, enfim, todos  
188 aqueles que de alguma forma participam. Eu também, da mesma forma,  
189 participei desse processo. Eu não fujo da minha responsabilidade. Eu sei que  
190 tive responsabilidade, como foi bem dito pelo conselheiro Carlos Alberto, da  
191 Faemg, até pela ignorância, por ignorar detalhes técnicos de altíssima  
192 complexidade. Mas nós temos que avançar, e nós temos dado todo o apoio à  
193 nossa afiliada, associada, a Associação Comercial e Industrial de Mariana.  
194 Estamos em discussão permanente, e ainda neste mês estaremos lá  
195 novamente, para que o setor produtivo marianense e também do Estado de  
196 Minas Gerais possa contribuir para encontrar soluções não para esse episódio  
197 em si, mas para a questão do desenvolvimento econômico sustentável em  
198 Minas Gerais e no país. O lamento é muito grande, e tomara Deus que novas  
199 oportunidades teremos para discutir, melhorar e avançar na questão  
200 econômica, social e, sobretudo, ambiental.” Presidente Geraldo Vitor de  
201 Abreu: “Eu tenho certeza de que todos aqui estiveram muito abalados pelo  
202 que aconteceu. Eu classificaria aquele episódio como uma catástrofe, mas  
203 que dela nós devemos, de fato, extrair todo o ensinamento possível, para que  
204 nós, definitivamente, viremos a página da disposição de rejeitos na mineração  
205 no Brasil inteiro. Se Chernobyl marcou um divisor de águas entre um modelo  
206 e outro da energia nuclear, eu acho que esse caso de Mariana deve também  
207 apontar para outro paradigma, para nós possamos garantir o máximo de  
208 segurança nas atividades de mineração no nosso Estado. Este Estado que  
209 tem na sua história a atividade da mineração, e também associado a ela um

210 conjunto de tragédias. E essa que nós estamos vivendo ainda deve nos  
211 apontar outro caminho. O Governo do Estado, eu, pessoalmente, me  
212 desloquei daqui no dia do rompimento da barragem, fui para Mariana e fiquei  
213 de lá fazendo contato com o governo, passando o quadro do que nós  
214 estávamos vivendo lá. Mesmo para quem estava lá naquele dia, por mais que  
215 pudéssemos saber a gravidade do problema, eu confesso que em momento  
216 nenhum, apesar de saber que era muito grave, eu conseguia dimensionar a  
217 extensão total. E acho que até hoje nós não conseguimos ainda ver a  
218 extensão das consequências do que aconteceu lá em Mariana. Nós sabemos  
219 que é grave, o Governo do Estado está empenhado no seu papel de buscar e  
220 dar conforto às pessoas atingidas, reduzir o impacto, mas sabemos que, com  
221 todo o esforço que fizermos, ainda ficarão as perdas das vidas humanas,  
222 principalmente, mas também da nossa biodiversidade, dos ecossistemas,  
223 espécies endêmicas. Não vamos conseguir recuperar isso. E o máximo que  
224 nós podemos fazer aqui agora é trabalhar muito, primeiro para apurar tudo  
225 que aconteceu, verificar as causas, estudar profundamente tudo que  
226 aconteceu ali, punir os responsáveis. Eu não tenho dúvida de que a empresa  
227 é a principal responsável por tudo que aconteceu, mas nós vamos precisar  
228 investigar para saber, de fato, qual é a extensão das responsabilidades, sejam  
229 elas quais forem, e tomar as medidas necessárias. Mas, com certeza, Minas  
230 Gerais e o Brasil vão precisar ter outro olhar sobre a disposição de rejeitos.  
231 Não há como mais imaginar que nós possamos fechar os olhos para tantas  
232 'Fundões' que temos pelo Estado afora. Eu estava fazendo um levantamento,  
233 e não é apenas daquelas que apresentam problemas nos laudos das  
234 auditorias, até porque aquela não apresentava nada nas auditorias que  
235 haviam sido feitas. Nós temos em torno de 450 barragens associadas à  
236 atividade de mineração no Estado, e precisamos resolver esse problema em  
237 definitivo. É claro que isso vai se dar nos próximos meses. A força-tarefa foi  
238 criada, o Ministério Público está desempenhando um papel importantíssimo,  
239 toda a sociedade está mobilizada. Eu tenho certeza de que nós  
240 encontraremos o melhor caminho para esse que é um problema do Estado, e  
241 nós precisamos enfrentá-lo". Conselheiro Wagner Soares Costa: "Só apenas  
242 uma informação: saiu no noticiário que a doutora Paula não trabalha mais na  
243 Fiemg, e não é verdade. A Paula está de férias. O retorno dela nas férias é no  
244 dia 1º de dezembro. Então a combatividade dela expressa aqui em toda  
245 reunião, com certeza, na próxima reunião desta Unidade, estará presente." **4)**  
246 **EXAME DA ATA DA 90ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 90ª  
247 reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas, realizada em 27  
248 de outubro de 2015, com a seguinte alteração: – Na linha 16, onde está  
249 escrito "do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas", lê-se  
250 "representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas". Foi  
251 registrada abstenção de voto da conselheira Irene Maria Vaz Magni Frayha. **5)**  
252 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 5.1)**

253 **Vale S/A. Pilhas de rejeito/estéril, barragem de contenção de**  
254 **rejeitos/resíduos. Itabirito/MG. PA 00211/1991/058/2011, DNPM**  
255 **930.593/1988. Classe 6. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**  
256 **Processo retirado de pauta pela Presidência. Presidente Geraldo Vitor de**  
257 **Abreu: “Esta Presidência está retirando este processo de pauta. Nós estamos**  
258 **com uma força-tarefa instituída, e eu acho que é prudente que nós retiremos**  
259 **este processo de pauta para que ele possa ser reencaminhado, futuramente,**  
260 **já com uma análise de novas orientações que possam vir.” Gustavo, síndico**  
261 **do condomínio Estância Alpina: “Eu gostaria de requerer, em nome do**  
262 **condomínio, que a intimação da próxima reunião fosse feita formalmente para**  
263 **os condomínios. Sobre esta reunião nós ficamos sabendo de última hora. Nós**  
264 **gostaríamos muito de participar das próximas reuniões. Então, se pudesse ser**  
265 **feita a intimação formal, de todos os condomínios, ou pelo menos dos que**  
266 **estiverem aqui presentes, para informar esses dados, eu agradeceria.”**  
267 **Presidente Geraldo Vitor de Abreu: “Nós estamos tirando de pauta esse**  
268 **ponto, e, quando voltar – não sei se está circulando uma lista de presença –,**  
269 **uma forma de comunicar às pessoas interessadas sobre o retorno desse**  
270 **processo à pauta. Não basta no site ficar disponível. As informações são**  
271 **publicadas com dez dias de antecedência, mas é obvio que isso não é o**  
272 **suficiente. Eu queria pedir à assessoria. Para as pessoas que estão aqui,**  
273 **principalmente, que deixarem os seus contatos, que possam ser**  
274 **comunicadas. E peço a vocês que também, sendo comunicados, possam**  
275 **reproduzir a todos os interessados a data da reunião e o processo que vai**  
276 **estar em pauta.” Membro da comunidade: “Eu gostaria também de reiterar o**  
277 **posicionamento do condomínio Parque dos Pinhais, que está frontalmente à**  
278 **barragem Maravilhas 2 e afetado também pela Maravilhas 3. São os**  
279 **condomínios e as comunidades que estão à jusante dessas duas barragens.**  
280 **Nós queremos afirmar aqui e pedir a vossa senhoria que, em tempo hábil, os**  
281 **condomínios sejam notificados, o que não tem acontecido.” Presidente**  
282 **Geraldo Vitor de Abreu: “Mais uma vez, eu peço que deixem os dados com a**  
283 **nossa assessoria, para que isso seja feito e vocês nos ajudem também a**  
284 **alcançar o maior número de interessados possível.” Conselheiro Ronaldo**  
285 **Vasconcellos Novais: “Eu queria fazer coro, porque aqui nós representamos a**  
286 **sociedade civil, junto com a conselheira Simone. Então essa providência é**  
287 **importante, de serem avisados, mas também há uma possibilidade concreta**  
288 **de se acompanhar. Já se sabe que a próxima reunião, em condições normais,**  
289 **será na última terça-feira de dezembro. Então vai ser no dia 15 de dezembro.**  
290 **Essas reuniões são colocadas no site da SEMAD. É fácil de acompanhar. Nós**  
291 **vemos que vocês são pessoas ilustres, e nós, da sociedade civil, nos**  
292 **colocamos à disposição de vocês para avisá-los, para comentar e**  
293 **acompanhar. É importante a presença de vocês aqui.” Membro da**  
294 **comunidade: “Mas para esta reunião nós tivemos a informação agora, depois**  
295 **de ler a pauta e chegar ao item 5.1. Como esse assunto é afeto à Vale, o**

296 empreendedor, nós percebemos aqui que não tinha nenhum representante da  
297 Vale. A Vale já sabia, a priori, dessa decisão. Então ela foi privilegiada.”  
298 Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu quero dizer para o senhor que  
299 a Vale já sabia, mas que nós, da Ponto Terra, não sabíamos.” Membro da  
300 comunidade: “Volto a afirmar: as comunidades do entorno não sabiam e não  
301 sabem.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Estamos à disposição  
302 dos senhores e das senhoras lá.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**  
303 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Precon**  
304 **Industrial S/A. Aparelhamento, beneficiamento, preparação e**  
305 **transformação de minerais não metálicos, fabricação de peças, ornatos e**  
306 **estruturas de amianto, moldagem de termoplástico não organoclorado,**  
307 **sem a utilização de matéria-prima reciclada, a seco. Pedro Leopoldo/MG.**  
308 **PA 00027/1999/016/2013. Classe 6. Apresentação: Supram Central**  
309 **Metropolitana.** Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único,  
310 com inclusão de condicionantes. Foram registrados pela Presidência dez  
311 votos favoráveis, cinco contrários e duas abstenções. Declarações de voto –  
312 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu justifico o meu voto contrário  
313 porque entendo que a questão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros é  
314 preliminar e que o funcionamento sem o AVCB está expondo a risco a  
315 população e o meio ambiente.” Conselheira Irene Maria Vaz Magni Frayha: “O  
316 mesmo entendimento do senhor procurador Mauro. O fato de ter havido  
317 vistoria do Corpo de Bombeiros não significa que foi concedido o auto. É  
318 importante que o processo seja completamente instruído com o auto de  
319 vistoria para haver a votação do empreendimento. Não há segurança com  
320 relação à questão de risco de incêndio.” Conselheira Neide Mateus Rodrigues:  
321 “Da mesma maneira que nós fizemos a reflexão no processo da URC, de  
322 manhã, em função da colocação do Ministério Público da solicitação do  
323 AVCB, mesmo entendendo o que o representante do empreendedor colocou  
324 de que houve a manifestação do Corpo de Bombeiros, que solicitou os ajustes  
325 ao projeto. Em função disso, nós verificamos que, na atualidade, o  
326 empreendimento não se encontra apto a funcionar, de acordo com a  
327 manifestação do Corpo de Bombeiros, que solicitou esses ajustes. Então nós  
328 entendemos que os ajustes são necessários antes do funcionamento.”  
329 Conselheiro Adenilson Brito Ferreira: “Eu corroboro com o doutor Mauro, e me  
330 causa arrepio estarmos autorizando sem passar pelo AVCB. Embora o  
331 empreendedor tenha falado que foi protocolado, nós não sabemos se o  
332 protocolo é uma ausência de algo significativo ou se é simplesmente uma  
333 mudança de posicionamento de hidrantes, por exemplo.” Conselheiro Licínio  
334 Eustáquio Mol Xavier: “Eu sigo o procedimento que aconteceu de manhã cedo  
335 no Paraopeba em relação ao AVCB. E respeito os demais colegas, que  
336 votaram com o Ministério Público.” Aprovada por unanimidade a inclusão das  
337 seguintes condicionantes: “Apresentar relatórios semestrais, demonstrando a  
338 eficiência das medidas mitigadoras executadas para minimização das

339 emissões atmosféricas decorrentes das fontes difusas. Prazo:  
340 semestralmente, durante a vigência da licença”; “Encaminhar à Supram CM  
341 cópias dos relatórios semestrais das avaliações dos ambientes para  
342 concentração de poeira de amianto em suspensão no ar dos locais de  
343 trabalho, tomando como referência normas da Associação Brasileira de  
344 Normas Técnicas (ABNT), conforme previsto na Cláusula 69 do Acordo  
345 Nacional Para Extração, Beneficiamento e Utilização Segura e Responsável  
346 do Amianto Crisólita 2013-2015. Caso ocorra o atingimento ou violação do  
347 limite de tolerância normativo/legal da exposição ao amianto, as atividades em  
348 que há utilização de amianto como na fabricação de telhas de fibrocimento  
349 fiquem suspensas até que ocorram as correções e nova avaliação para  
350 verificação do limite de tolerância normativo/legal da exposição ao amianto.  
351 Prazo: durante a vigência da licença.”; “Quanto aos resíduos industriais  
352 contendo amianto, comprovar semestralmente a reciclagem e utilização como  
353 matéria-prima dos resíduos industriais contendo amianto, resultando em  
354 rejeito zero, conforme Cláusulas 80 a 83 do Acordo Nacional Para Extração,  
355 Beneficiamento e Utilização Segura e Responsável do Amianto Crisólita 2013-  
356 2015. Prazo: relatórios semestrais durante a vigência da licença”. Antes da  
357 votação deste processo, a Presidência rejeitou pedido de baixa em diligência  
358 apresentado pelo Ministério Público, e foi dado o seguinte encaminhamento:  
359 Presidente Geraldo Vitor de Abreu: “O Ministério Público, no seu retorno de  
360 vista, apresenta algumas novas condicionantes, e dessas novas  
361 condicionantes a Supram entende que uma já está incorporada nas análises  
362 exigidas dentro do processo. Tem uma questão que precede: o pedido para  
363 que seja considerada a baixa em diligência. Eu entendo e concordo com a  
364 opinião do Ministério Público em relação ao AVCB. Só que nós temos tido  
365 uma postura neste Conselho –principalmente com o fato de ter sido  
366 judicializada essa questão, tido uma liminar sobre o assunto, e,  
367 posteriormente, essa liminar ter pedido efeito – de submeter ao conjunto do  
368 Conselho, a voto, a decisão sobre essa questão. Então eu queria informar  
369 que, com pesar, não vou baixar em diligência, e vou submeter ao Conselho a  
370 análise.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu só queria lembrar aos  
371 senhores que era padrão exigir o AVCB, até que surgiu a orientação da Sura  
372 nº 30/2013, uma nota de orientação interna para a Supram. Sabe-se lá por  
373 que, a partir dali veio esse posicionamento todo. Nós realmente entramos com  
374 ação, houve liminar, o presidente do tribunal suspendeu a liminar, e isso não  
375 foi julgado nem a favor nem contra. Eu respeito o posicionamento da  
376 Secretaria, mas acho que é uma coisa que valeria a pena ser revista. Pode  
377 ser revista unilateralmente pelo secretário, é uma orientação da administração  
378 anterior, eu acho que vale a pena, novamente, dentro de um princípio de  
379 prevenção e precaução de desastres, rever essa Orientação Sura 30/2013.”  
380 Presidente Geraldo Vitor de Abreu: “Eu quero solicitar à equipe técnica que  
381 peça um estudo à Sura para que essa instrução possa ser reanalisada e, se

382 for o caso, expedida nova orientação ou ainda uma proposta de deliberação  
 383 normativa a ser levada à CNR sobre esse assunto.” **6.2) Precon Engenharia**  
 384 **S/A. Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento ou de gesso.**  
 385 **Pedro Leopoldo/MG. PA 06952/2013/001/2013. Classe 4. Apresentação:**  
 386 **Supram Central Metropolitana.** Licença concedida por maioria nos termos  
 387 do Parecer Único, com inclusão de condicionante. Foram registrados dez  
 388 votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção. Declarações de voto -  
 389 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Reitero a manifestação do item  
 390 anterior.” Conselheiro Adenilson Brito Ferreira: “Reitero também.” Conselheira  
 391 Neide Mateus Rodrigues: “A mesma manifestação do processo anterior.”  
 392 Conselheira Irene Maria Vaz Magni Frayha: “Reitero a manifestação do  
 393 processo anterior.” Aprovada por unanimidade a inclusão da seguinte  
 394 condicionante: “Apresentar relatórios semestrais demonstrando a eficiência  
 395 das medidas mitigadoras executadas para minimização das emissões  
 396 atmosféricas decorrentes das fontes difusas. Prazo: semestralmente, durante  
 397 a vigência da licença”. **6.3) Auto Posto Diniz Pinheiro Ltda. Postos**  
 398 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**  
 399 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos**  
 400 **revendedores de combustíveis de aviação. Pedro Leopoldo/MG. PA**  
 401 **12708/2014/001/2015. Classe 3. Apresentação: Supram Central**  
 402 **Metropolitana.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer  
 403 Único. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
 404 **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE LICENÇA DE**  
 405 **INSTALAÇÃO. 7.1) Egesa Engenharia S/A. Aterro Sanitário de Ribeirão**  
 406 **das Neves. Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos**  
 407 **urbanos. Ribeirão das Neves/MG. PA 00748/2007/002/2009. Classe 5.**  
 408 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Prorrogação de prazo  
 409 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do  
 410 conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch. Declaração de abstenção de voto -  
 411 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu gostaria de me abster em razão  
 412 do ajuizamento de ação civil pública contra o município, para instalação desse  
 413 aterro.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
 414 tratados, o presidente Geraldo Vitor de Abreu declarou encerrada a sessão,  
 415 da qual foi lavrada esta ata.

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Presidente Geraldo Vitor de Abreu**